

boletim Informativo

Centro de Estudos

Diretoria de Documentação

ANO 4 - N. 4 - OUT./DEZ. 2024

LIVROS

NOVIDADES NO ACERVO



SUMÁRIO

343.16 D598d

DIREITO Municipal: teoria e prática.
Coordenação Daniela Copetti Cravo, Rafael Ramos, Vanêsa Buzelato Prestes. Londrina: Thoth, 2024. 352 p. ISBN 978-65-5959-648-5.

VÍDEOS

EVENTOS DO CES



**Consumer Law In
The Age – Direito do
Consumidor na Era
Digital**



**II Congresso
Internacional de
Direito e Inovação**

ENUNCIADOS PGM

Os Enunciados da PGM traduzem o entendimento deste órgão no momento de sua edição e de acordo com a legislação então vigente. As situações fáticas ocorridas posteriormente a inovações legislativas que alterarem as normas nas quais se basearam os enunciados deverão ser, se for o caso, objeto de novos enunciados.



ENUNCIADOS

PRONUNCIAMENTOS PGM



ARTIGOS

EM DESTAQUE



1 - FOGAÇA, Vitor Hugo Bueno; SILVEIRA, Laura Guimarães da; TAKAYAMA, Maria Victória Sayuri. Cidade acessível: a mobilidade como garantia do exercício da cidadania pelas pessoas com deficiência no âmbito municipal. **Revista Magister de Direito Ambiental e Urbanístico**, Porto Alegre, ano 18, n. 109, p. 100-116, ago./set. 2023.

Trata o presente artigo de demonstrar a importância do Plano Diretor enquanto instrumento garantidor da mobilidade da pessoa com deficiência, isto é, como ele garante o exercício da cidadania.



2 - FIGUEIREDO, Lorena Mello e. Análise da jurisprudência do STJ sobre a responsabilidade municipal de instalar infraestrutura básica em loteamentos ilegais do solo. **Revista Magister de Direito Ambiental e urbanístico**, Porto Alegre, ano 18, n. 108, p. 109-130, jun./jul. 2023.

O artigo analisa a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) quanto à aplicação do art. 40 da Lei nº 6.766/79, o qual versa sobre a responsabilidade dos Municípios em instalar infraestrutura básica em loteamentos ilegais do solo, uma vez tendo o loteador faltado para com seu dever de fazê-lo. Por meio da análise de julgados do STJ e com apoio na literatura especializada de direito urbanístico, urbanismo e planejamento urbano, o artigo apresenta quatro argumentos principais: i) a tese que prevalece atualmente no STJ é de que a responsabilidade municipal seria solidária de execução subsidiária (caso Porto do Gringo do REsp 1.164.893/SE); ii) esta tese foi emprestada da jurisprudência da própria Corte sobre responsabilidade estatal por dano ambiental causado por terceiros; iii) ao fazê-lo, contudo, o STJ equiparou dano ambiental e dano urbanístico e ignorou a discussão sobre omissão genérica ou específica, cara ao direito ambiental; iv) por fim, essa jurisprudência do STJ ignora completamente o marco jurídico da regularização fundiária urbana (Reurb), segundo o qual os Municípios não têm, via de regra, o dever de instalar infraestrutura básica em loteamentos ilegais do solo que não sejam de interesse social.

3 - JUCÁ, Francisco Pedro; COSTA, Thaís Xavier Ferreira da. Reforma administrativa e finanças públicas: algumas reflexões. **Revista Brasileira de Direito Tributário e Finanças Públicas**, Porto Alegre, ano 18, n. 103, p. 5-19, mar./abr. 2024.

A presente pesquisa tem por objetivo analisar a reforma administrativa sob a perspectiva das finanças públicas, trazendo à baila reflexões acerca do equilíbrio das receitas e despesas públicas, e, sobretudo, problematizando a questão frente ao princípio da eficiência no contexto da prestação dos serviços públicos. Para tanto, o estudo perpassa as alterações normativas e traz uma revisão teórica às premissas de orçamento e finanças públicas, fazendo uma análise da passagem do estado burocrático para o estado gerencial, contextualizando o papel da eficiência e da governança pública nos atos administrativos. O método utilizado foi o qualitativo e a técnica de pesquisa empregada foi a bibliográfico-exploratória, pautada na doutrina e estudos científicos acerca da matéria.

4 - PANDINI, Ana Maria Cipriani; CARDOSO NETO, Nicolau. Regularização fundiária: análise da (in)aplicabilidade do art. 39, § 2º, da lei nº 13.465/2017 no Município de Blumenau/SC. **Revista Magister de Direito Ambiental e Urbanístico**, Porto Alegre, ano 18, n. 108, p. 5-24, jun./jul. 2023.

Diante dos recorrentes desastres relacionados às chuvas, como inundações e deslizamentos de terra ocorridos na região do Vale do Itajaí/SC, em especial no Município de Blumenau/SC, a presente pesquisa destaca sobre a dificuldade em realizar o que determina a Lei de Regularização Fundiária (Lei nº 13.465/2017), em especial o seu art. 39, § 2º. Assim, o objetivo desta pesquisa é verificar a viabilidade legal para realizar regularização fundiária em áreas de interesse social na cidade de Blumenau, compreender a lógica desse mecanismo legal para prevenção e mitigação de desastres, bem como as alternativas adotadas pelo Município para prevenção e resposta a desastres socioambientais. Para tanto, esta pesquisa tem natureza qualitativa e será adotado o método de pesquisa bibliográfica. Ao final, é possível perceber a dificuldade de aplicação integral da legislação analisada, e a importância de que o legislador esteja atento à realidade para a qual se destina o texto normativo, no intuito de trazer benefícios à sociedade e evitar que a lei se torne letra morta.

5 - SAULE JÚNIOR, Nelson; ARAÚJO, João Priolli de. Conflitos fundiários urbanos e ações coletivas passivas: questões processuais na análise das ações possessórias. **Revista Magister de Direito Ambiental e Urbanístico**, Porto Alegre, ano 18, n. 108, p. 70-92, jun./jul. 2023.

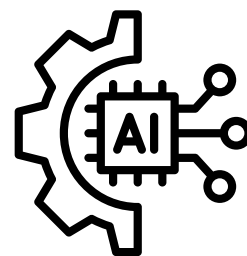
O estudo propõe analisar o tema das ações possessórias dentro da perspectiva microssistema processual coletivo, compreendendo-as como modalidades de “ações coletivas passivas”, assim como sua pertinência com o estatuto jurídico dos conflitos fundiários urbanos.

6 - SINÉSIO, João Paulo Barbosa. A função da lei complementar nº 116/2003 na determinação do critério material do ISS: a autonomia municipal em foco. **Revista Brasileira de Direito Tributário e Finanças Públicas**, Porto Alegre, ano 17, n. 102, p. 141-157, jan./fev. 2024.

As disposições constitucionais acerca da distribuição de competências tributárias estabelecem que aos Municípios cabe instituir imposto sobre os serviços, definidos em lei complementar. Nesse sentido, o presente estudo percorre a estrutura do sistema constitucional tributário e o conteúdo disposto na Lei Complementar nº 116/2003, a fim de elucidar a função da lei complementar tributária no ordenamento jurídico, em específico no trato da tributação sobre os serviços de qualquer natureza e a autonomia dos entes municipais, no exercício da sua competência tributária sobre os serviços. Pautados sob o método de revisão da melhor bibliografia, verificou-se a possibilidade exegética do exercício da competência municipal diretamente da Constituição, para os casos que não tratam de conflitos de competência, tendo em vista que este é o objeto da lei complementar, ao definir os serviços de qualquer natureza dos Municípios.

BIBLIOGRAFIA SELECIONADA

DIREITO DIGITAL E TECNOLOGIA



1 - BELMONTE, Alexandre Agra. Aspectos éticos e jurídicos do emprego da inteligência artificial: breves considerações. **Revista Magister de Direito do Trabalho**, Porto Alegre, ano 21, n. 121, p. 93-102, jul./ago. 2024.



O artigo analisa o impacto das mudanças tecnológicas na sociedade, destacando o livro *A Armadura da Luz*, de Ken Follett, que retrata a transição para a Revolução Industrial e seus efeitos no trabalho humano, como desproteção trabalhista e substituição por máquinas. Também reflete sobre o avanço tecnológico atual, que, embora facilite o cotidiano, ameaça profissões e levanta desafios éticos e jurídicos.

2 - COSTA, Ricardo Alexandre; CUNHA, Carlos Renato. A Lei Geral de Proteção de Dados nas serventias extrajudiciais. **Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil**, Porto Alegre, ano 20, n. 118, p. 122-141, jan./fev. 2024.



A aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) nos cartórios de protesto exige que as serventias extrajudiciais adotem medidas de segurança, garantam transparência e respeitem direitos como acesso, correção e exclusão de dados pessoais. O estudo destaca as mudanças trazidas pela LGPD, que impõe maior responsabilidade e proteção à privacidade dos usuários.

3 - PEREIRA, Marlene de Paula; SILVA, Ana Luiza Fortes da; GONÇALVES, Maria Eduarda Balbino. A informatização dos cartórios à luz da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD): vantagens e desafios. **Revista Magister de Direito civil e Processual Civil**, Porto Alegre, ano 21, n. 122, p. 56-80, set./out. 2024.



O estudo analisa a aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) nas serventias extrajudiciais, com foco nos cartórios de registro civil. Aborda vantagens e desafios da implementação da legislação, considerando o caráter privado dessas instituições e sua gestão de informações públicas.

4 - TEIXEIRA, Sergio Torres; CASIMIRO, Juliana Souza Carvalho. Abordagens de inteligência artificial de acordo com o modelo contemporâneo de jurisdição estatal brasileiro. **Revista Magister de Direito do Trabalho**, Porto Alegre, ano 21, n. 121, p. 137-156, jul./ago. 2024.



O estudo examina métodos de Inteligência Artificial como sistemas de apoio à decisão no Judiciário brasileiro, considerando a influência do common law no modelo civil law. Avalia se as ferramentas devem ser personalizadas para cada juiz ou padronizadas por matéria. Analisa sistemas clássicos de jurisdição, o stare decisis brasiliensis e abordagens de IA, identificando as mais adequadas ao contexto nacional. Com metodologia descritiva e literatura interdisciplinar, oferece insights sobre a integração entre tecnologia e direito.

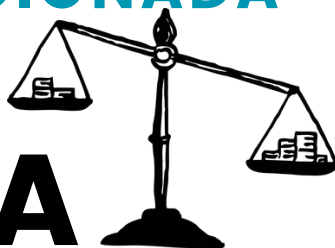
5 - VIEGAS, Cláudia Mara de Almeida Rabelo; XAVIER, Elis Cristina Nogueira; POLI, Leonardo Macedo. Translúcido: a explicabilidade como alternativa para a opacidade da inteligência artificial. **Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil**, Porto Alegre, ano 21, n. 121, p. 7-27, jul./ago. 2024.



A opacidade das IAs, que dificulta entender como processam dados, gera riscos em decisões sensíveis. O estudo propõe a explicabilidade e transparência nos algoritmos como soluções, sugerindo substituir os modelos opacos ("caixas-pretas") por abordagens transparentes ("caixas de vidro"). Destaca a importância da explicabilidade no desenvolvimento de sistemas de IA e na criação de legislações que considerem a explicação como um direito fundamental de proteção dos dados.

BIBLIOGRAFIA SELECIONADA

REFORMA TRIBUTÁRIA



ABRAHAM, Marcus; LANNES, Camila Thiebaut Bayer. Incentivos fiscais ao meio ambiente na reforma tributária e o imposto seletivo. **Revista Direito Tributário Atual**, São Paulo, ano 42, n. 57, p. 369-388, maio/ago. 2024

CRUZ, Luana Pedrosa de Figueiredo; OLIVEIRA, Diógenes Wagner Silveira Esteves de; SANTOS, Edgar de Oliveira. A reforma tributária brasileira à luz da Teoria da Curva de Laffer. **Revista Brasileira de Direito Tributário e Finanças Públicas**, Porto Alegre, ano 18, n. 103, p. 111-131, mar./abr. 2024.

FRADE, Eduardo Silveira; LINS, Robson Maia; PAIM, Tiago Marroco. Reforma tributária e cooperativismo: reflexões sobre o adequado tratamento tributário do ato cooperativo na emenda constitucional nº 132/2023. **Revista Brasileira de Direito Tributário e Finanças Públicas**, Porto Alegre, ano 18, n. 104, p. 5-23, maio/jun. 2024.

MONTES NETTO, Carlos Eduardo; DOMINGOS, João Henrique Gonçalves; BERGO, Luciana Laurindo. Reforma tributária: pode o cashback representar um instrumento de redução da desigualdade social? **Revista Brasileira de Direito Tributário e Finanças Públicas**, Porto Alegre, ano 18, n. 103, p. 20-34, mar./abr. 2024.

NOBRE, Simone Cruz; TUPIASSU, Lise Vieira da Costa. Reforma ou deforma tributária no poder sancionador fiscal sobre operações e prestações de consumo. **Revista Brasileira de Direito Tributário e Finanças Públicas**, Porto Alegre, ano 17, n. 101, p. 42-59, nov./dez. 2023.

SANTOS, Paulo Rogério Venâncio dos. Reforma tributária: os compilados estruturais e pontuais de intensa nevrálgia a serem enfrentados no novo modelo fiscal brasileiro. **Revista Brasileira de Direito Tributário e Finanças Públicas**, Porto Alegre, ano 18, n. 104, p. 132-164, maio/jun. 2024.

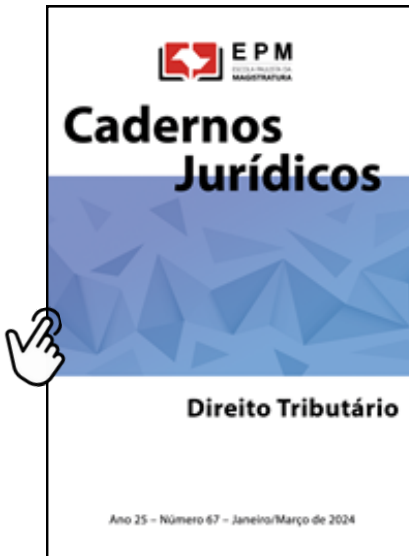
VITORINO, Marcelo. A reforma tributária e a guerra fiscal. **Revista Brasileira de Direito Tributário e Finanças Públicas**, Porto Alegre, ano 17, n. 102, p. 41-51, jan./fev. 2024.

VITORINO, Marcelo. A reforma tributária - PEC nº 45/2019 - seus aspectos relevantes. **Revista Brasileira de Direito Tributário e Finanças Públicas**, Porto Alegre, ano 17, n. 100, p. 21-32, set./out. 2023.

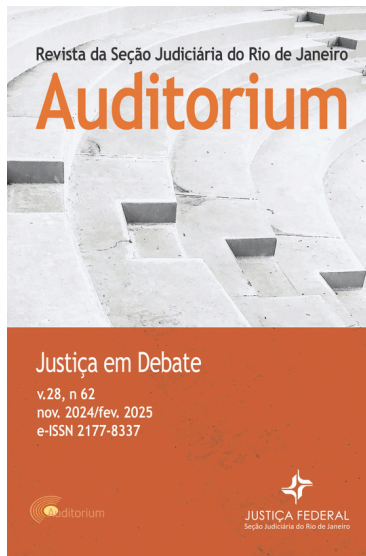


REVISTAS ELETRÔNICAS COM

ACESSO  ABERTO



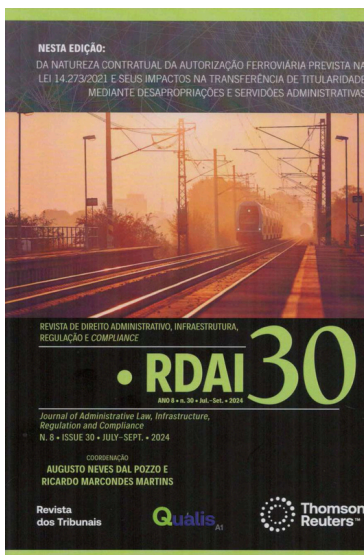
Cadernos Jurídicos



Revista da Seção
Judiciária do
Rio de Janeiro



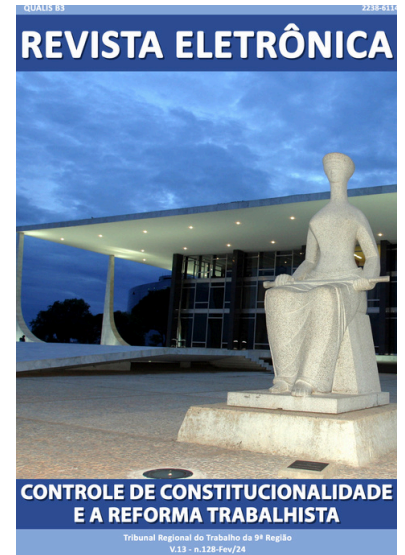
Revista de Administração
Municipal – RAM



Revista de Direito
Administrativo e Infraestrutura
(RDAI)



Revista Direito
Ambiental e Sociedade
(RDAS)



Revista Eletrônica do
Tribunal Regional do Trabalho
da 9ª Região

NOVOS SERVIÇOS

LIBRARIKA



Agora é possível consultar o nosso **acervo literário** de qualquer lugar, diretamente do seu celular ou computador.

Encontre uma variedade de gêneros literários, desde **clássicos** imortais, **romances, aventura, mistério, poesia, histórias em quadrinhos**, entre outros. Temos opções para todos os gostos e idades.

Para empréstimos, visite a biblioteca em nosso horário de funcionamento. O prazo de devolução é de 30 dias, permitindo que você desfrute da leitura no seu próprio ritmo.

Empréstimo apenas para usuários internos.

Acesse nosso acervo pelo link:

<https://bibliotecapgmjrj.librarika.com>



Ou **escaneie:**





EQUIPE DA BIBLIOTECA

Diretora do Centro de Estudos

Arícia Fernandes Correia

Diretora da Diretoria de Documentação

Vania da Silva Blanco da Costa

Produção Editorial

Andréia dos Santos Martins Quirino

Nathalia Barbosa Batista

Equipe técnica

Brenda Maria Loureiro da Silva

Carlos Henrique da Rocha Lima

Maridete Motta Dos Santos

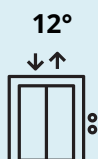
Raquel da Silva Cabral




FUNCIONAMENTO DA BIBLIOTECA DA PGM-RJ

Travessa do Ouvidor, nº 4 - Centro, Rio de Janeiro.

Ficamos localizados no 12º andar.



 **Atendimento** de segunda à sexta-feira:

🕒 **Usuário interno:** das 10h às 18h

🕒 **Usuário externo** (pesquisa): de 11h às 13h

